SEMANA ACADÊMICA
REVISTA CIENTÍFICA
ISSN 2236-6717
[ver artigo online]

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: SUA INFLUÊNCIA PARA AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS.

Kelli Leite Rodrigues[1]

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo retratar a importância da análise das demonstrações contábeis para as micro e pequenas empresas. Para isso, serão utilizadas as normas brasileiras de contabilidade e a Lei Complementar 123/2006 que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. A metodologia utilizada no desenvolvimento desta monografia foi a pesquisa bibliográfica, exploratória, documental para assim compreender a relevância da apresentação e funcionalidade das demonstrações contábeis no atual cenário econômico brasileiro. A interpretação das legislações pertinentes ao assunto evidencia a obrigatoriedade imposta pelos órgãos fiscalizadores e, além disso, é possível comprovar que elas auxiliam no processo de tomada de decisão, pois esclarecem a situação econômica e financeira das empresas. Apesar de boa parte dos pequenos empresários não terem o real conhecimento da aplicabilidade das demonstrações, conclui-se que os gestores e administradores devem se atualizar e se informar cada vez mais sobre a utilização das demonstrações contábeis de acordo com cada tipo de empresa para poder usufruir dos benefícios que a análise das demonstrações contábeis pode oferecer.
Palavras-chave: Demonstrações Contábeis; Microempresa; Empresário; Contabilidade.

ANALYSIS OF FINANCIAL STATEMENTS: ITS INFLUENCE ON MICRO AND SMALL ENTERPRISES.

ABSTRACT

This study aims to portray the importance of the accounting statements analysis for micro and small businesses. For this, it will be used the Brazilian accounting standards and the Complementary Law 123/2006 that establishes the National Statute of the Micro and Small Business. The methodology used in the development of this monograph was the bibliographical, exploratory, documentary research in order to understand the relevance of the presentation and functionality of the accounting statements in the current Brazilian economic scenario. The interpretation of the pertinent legislations to the subject evidences the mandatory nature imposed by inspection bodies and, furthermore, it is possible to prove that they assist in the decision making process as they clarify the companies' economic and financial situation. Despite the fact that a large number of small businessmen do not have actual knowledge as to the applicability of financial statements, one concludes that managers and administrators must keep up to date and be increasingly informed as to the use of accounting statements according to each type of company so as to be able to take advantage of the benefits that the analysis of financial statements might offer.
Keywords: Accounting Statements; Microenterprise; Entrepreneur; Accounting.

1 Graduada em Ciências Contábeis, Universidade Veiga de Almeida, Cabo Frio - RJ – Brasil. Pós-Graduada em Contabilidade Pública, Uniasselvi – SC – Brasil. E-mail: kellileite@outlook.com

INTRODUÇÃO

As Demonstrações Contábeis são representações bastante sumárias das variações dos elementos patrimoniais, razão pela qual carecem da análise, e através desse procedimento a orientação contábil torna-se um dos fatores determinantes na continuidade de qualquer empresa, já que não basta a existência da contabilidade organizada, mas sim da aplicação da informação contábil no contexto das necessidades gerenciais do negócio.

Segundo Iudícibus (1998) a necessidade de analisar as demonstrações Contábeis é tão antiga quanto à própria origem da contabilidade. A análise de Balanços como técnica consolidada, surgiu numa concepção popular, da necessidade dos bancos em estudar as empresas solicitantes de empréstimos.

A demonstração contábil interessa a diversos usuários como, por exemplo: investidores (a fim de se obter uma visão do negócio), empresários, sejam titulares, cotistas ou acionistas no apoio a gestão, os próprios profissionais da área contábil, economistas (projeção de cenários), intermediários financeiros, sindicatos, credores, bolsa de valores, autoridades fiscais no âmbito federal, estadual e municipal, clientes, entre outros. Portanto vimos que o campo de atuação das demonstrações contábeis são imenso, porém destacar o seu papel no desenvolvimento de uma pequena empresa se torna indispensável em um ambiente de constantes instabilidades que vivemos em nosso cenário atualmente para que estas possam se desenvolver e permanecer no mercado.

Tendo em vista as frequentes alterações sociais, políticas e econômicas pelo qual o Brasil vem passando, a atualização das empresas diante desse cenário torna-se essencial na procura de espaço no mercado que está cada vez mais competitivo para as microempresas. Neste sentido, a contabilidade tem o papel de apresentar relatórios para que os usuários da contabilidade possam compreender e tomar decisões mais seguras e confiáveis com base nas informações apresentadas nesses documentos.

É fundamental que os contadores e gestores saibam de fato analisar as demonstrações contábeis, pois as mudanças se dão a partir de novos processos e atualizações, onde esses relatórios fornecidos pela contabilidade são fontes de informações, exibindo os parâmetros que devem ser seguidos, porque trazem dados reais da situação da empresa, possibilitando inclusive, projeções.

Visto que as demonstrações têm a função de apresentar a verdadeira posição financeira que a empresa se encontra, será a partir desse momento que irá auxiliar os usuários a estimar resultados e futuros fluxos financeiros através das comparações. Com isso poderão se certificar se a empresa está aumentando sua receita ou se a empresa possui muitas obrigações a liquidar.

Logo podemos perceber que é por meio do acompanhamento das demonstrações que o administrador ou o usuário interno (funcionários) podem verificar o crescimento da empresa que tem como resultado o seu próprio crescimento profissional.

Marion (2003, p.23), enfatiza que a Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisão. Suas técnicas permitem comparação e interpretação dos documentos da empresa. Para que haja uma interpretação correta tem que se analisar os demonstrativos de acordo com as políticas internas de cada empresa.

Com base nos resultados levantados pela Análise das Demonstrações Contábeis, os gestores conseguem visualizar de forma ampla a situação e evolução feconômica da empresa, e até mesmo a sua posição no mercado em relação aos seus concorrentes, comparando seus índices com os de outras empresas. Com estas informações, os gestores possuem uma base mais estruturada e podem tomar decisões a respeito do futuro da empresa, tornando-as mais eficazes.

Segundo o IBRACON (NPC 27), "as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento pela administração dos recursos que lhe são confiados."

O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas segundo os itens 2.2 e 2.3 da NBC TG 1000 é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade. Também as Demonstrações contábeis devem mostrar os resultados da diligência da administração – a responsabilidade da administração pelos recursos confiados a ela.

Assim sendo, este trabalho propõe verificar a importância dos relatórios que contabilidade fornece. Logo em seguida estão expostos a justificativa do estudo abordado pela pesquisa e a metodologia utilizada. Consecutivamente serão tratados o tema e o problema, posteriormente os objetivos gerais e específicos. Por fim, as limitações desta pesquisa e a divulgação da forma de organização do trabalho.

2. MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foi instituída em 2006 para regulamentar o disposto na Constituição Brasileira, que prevê o tratamento diferenciado e favorecido à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Instituída pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, vem estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido e que vierem a ser dispensado às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos dos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal.

Através da Lei Geral, foi instituído o regime tributário específico para os pequenos negócios, com redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento, que é o Simples Nacional.

O Art. 3º da Lei Complementar 123/2006 define as microempresas ou empresas de pequeno porte, como a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Segundo a RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.255/09 a descrição de pequenas e médias empresas são aquelas que não têm obrigação pública de prestação de contas, e que elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

3. SIMPLES NACIONAL – REGIME DE TRIBUTAÇÃO

É um regime de tributação que tem como objetivo criar incentivos para possibilitar a criação de micro e pequenas sociedades com intuito de diminuir o grande número de comércio informal existente no país.

A Lei Complementar Nº 123, de 14 de de 2006 dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte e dá outras providências. Institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Empresas optantes no SIMPLES, e institui o Estatuto Nacional da microempresa e empresa de pequeno porte, sendo um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às pessoas jurídicas consideradas como microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

O Simples Nacional implica no recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep, Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) para a Seguridade Social, Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Esse tipo de recolhimento dos impostos traz a possibilidade de arrecadação dos impostos em uma única guia, com uma alíquota diferenciada, variando de acordo com o faturamento, que é separado em faixas de faturamento, até a receita bruta anual de R$ 4,8 milhões - limite que entrou em vigor em 2018 em atendimento à Lei Complementar nº 155, com isso, reduz o trabalho dos microempresários e colaboradores, onde estes poderão executar outras atividades e dar redução nas alíquotas dos tributos, possibilitando aos empresários mais recursos para investimento nos negócios.

4. CONTABILIDADE

Nesta seção será apresentada a escrituração da contabilidade simplificada para pequenas empresas, seguida da relevância da informação contábil na gestão das microempresas e empresas de pequeno porte, e conclui-se com uma breve abordagem a respeito das demonstrações contábeis mais utilizadas pelas MPEs.

4.1 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

É o registro dos atos e fatos contábeis ocorridos no âmbito da companhia para registrar os feitos e a sua permanência. A escrituração contábil trata da execução dos registros permanentes da entidade e de suas formalidades, (Princípios CFC/2006). Evidencia-se que as informações chamadas de demonstrações contábeis e também conhecidas como demonstrações financeiras são resultado extraído da escrituração contábil na sua essência. De acordo com Marion (1998, p. 27-28):

> Observamos com certa freqüência que várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência. Ouvimos empresários que criticam a carga tributária, os encargos sociais, a falta de recursos, os juros altos, etc., fatores estes que, sem dúvida, contribuem para debilitar a empresa. Entretanto, descendo a fundo nas nossas investigações, constatamos que, muitas vezes, a "célula cancerosa não repousa naquelas críticas, mas na má gerência nas decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis. Por fim observamos, nesses casos, uma contabilidade irreal, distorcida, em conseqüência de ter sido elaborada única e exclusivamente para atender as exigências fiscais".

A opinião do autor é válida para os empresários que desconhecem a importância da contabilidade na sua empresa e para os contabilistas que pelo comodismo usam brechas existentes em algumas leis para deixarem de usufruir dos instrumentos que a contabilidade oferece. Como exemplo, citamos a Lei 123/2006 que determina que as microempresas e as

empresas de pequeno porte ficam facultadas a escrituração simplificada, com obrigatoriedade da escrituração dos livros caixa e registro de inventário.

4.2 METODOLOGIA SIMPLIFICADA

A Constituição Federal de 1988, no artigo 179, determina que as pequenas e microempresas tenham tratamento diferenciado, favorecido e simplificado. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor, conforme disposto no Art. 27 da Lei nº 123/2006.

No entanto o Conselho Federal de Contabilidade apresentou ao Comitê Gestor do Simples Nacional, proposta de Norma Brasileira de Contabilidade, facultando para as MEs e EPPs o regime de escrituração contábil simplificada e, não, de contabilidade simplificada, conforme redação equivocada do art. 27 da LC nº 123/06. Logo, a escrituração contábil deve ser adotada por todas as entidades, independente da natureza e do porte, na elaboração da escrituração contábil, observadas as exigências da legislação e de outras normas aplicáveis, se houver.

O que se busca, portanto, com a metodologia simplificada é contribuir para facilitar a gestão patrimonial da microempresa, possibilitando a oportunidade de participarem, de fato, das estatísticas que mostram a riqueza nacional. A adoção de escrituração simplificada para as ME e EPP deve dá atenção aos seguintes fatores:

· utilização, no processo de escrituração e de elaboração dos Relatórios Contábeis, das regras emanadas dos Princípios Fundamentais e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

· redução dos procedimentos de Escrituração, sem que os mesmos lesionam as Normas Brasileiras de Contabilidade; e

· incentivo ao profissional da Contabilidade para que recorra como fonte de informação para a escrituração contábil, os Livros Fiscais, efetuando os lançamentos dos fatos discriminados nos mesmos, por Totais Diários ou Mensais, conforme a necessidade e a conveniência.

4.3 LIVROS CONTÁBEIS E AUXILIARES

Os livros utilizados na escrituração contábil atendem a diversas finalidades e são previstos em leis que tratam de aspectos societários e fiscais. O Código Civil Brasileiro, aprovado pela Lei nº 10.406/02, regulamenta a escrituração contábil nos arts. 1.179 a 1.195. O Comitê Gestor do Simples Nacional através do art. 63. da Resolução Nº 140, de 22/05/2018 relaciona os Livros Obrigatórios para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte caracterizadas nos termos da Lei Geral:

I. Caixa;

II. Registro de Inventário;

III. Registro de Entradas de Mercadorias;

IV. Registro dos Serviços Prestados;

V. Registro de Serviços Tomados;

VI. outros, para os casos específicos.

4.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Conselho Federal de Contabilidade por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG) 1001, 1002 disciplina a obrigatoriedade da escrituração de livros contábeis:

(a) balanço patrimonial;

(b) demonstração do resultado do exercício;

(c) demonstração das mutações do patrimônio líquido;

(d) demonstração dos fluxos de caixa;

4.5 DEMONSTRAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que, opcionalmente, adotar Escrituração Contábil Simplificada estão obrigadas à elaboração do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, sendo lhes facultadas a confecção das demais demonstrações previstas na legislação societária

Segue o texto da norma contábil que disciplina a obrigatoriedade:

> 7. A microempresa e a empresa de pequeno porte devem elaborar, ao final de cada exercício social, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, em conformidade com o estabelecido na NBC T 3.1, NBC T 3.2 e NBC T 3.3.
> 8. É facultada a elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e das Notas Explicativas, estabelecidas na NBC T 3.4, NBCT 3.5, NBCT 3.6 e NBC T 6.2.
> 9. O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado devem ser transcritos no Livro Diário, assinados por profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo empresário, conforme dispõe a NBC T 2, item 2.1.4.

4.5.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial da entidade é a relação de seus ativos, passivos e patrimônio líquido em uma data específica, como apresentado nessa demonstração da posição patrimonial e financeira. Eles são definidos da seguinte maneira:

Quadro 1

(Anexo 2 da ITG 1000)

BALANÇO PATRIMONIAL
em 31.12.x1 e 31.12.x0
Expresso em R$

	31.12.X1	31.12.X0		31.12.X1	31.12.X0
ATIVO			**PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Caixa e Equivalentes de Caixa			Fornecedores		
Contas a Receber			Empréstimos e Financiamentos		
Estoques			Obrigações Fiscais		
Outros Créditos			Obrigações Trabalhistas e Sociais		
			Contas a Pagar		
			Provisões		
NÃO CIRCULANTE			**NÃO CIRCULANTE**		
Contas a Receber			Financiamentos		
Investimentos					
Imobilizado			**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Intangível			Capital Social		
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas			Reservas de Capital		
			Reservas de Lucros		
			Lucros Acumulados		
			(-) Prejuízos Acumulados		
TOTAL			**TOTAL**		

4.5.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A DRE tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses. As empresas optantes pelo SIMPLES, que recolhem os tributos federais em documento único sem qualquer individualização, deverão registrar os respectivos valores na Demonstração de Resultado do Exercício, como Deduções da Receita, sob o título Impostos e Contribuições. Neste caso, nenhum valor será registrado nos títulos destinados à Contribuição Social e ao Imposto de Renda.

Quadro 2

(Anexo 3 da ITG 1000)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
em 31.12.x1 e 31.12.x0
Expresso em R$

	31.12.x1	31.12.x0
VENDAS DE PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS		
Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços		
(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções		
= RECEITA		
(-) CUSTO DAS VENDAS		
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços		
= LUCRO BRUTO		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas		
Despesas com Vendas		
Outras Despesas Gerais		
= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras		
(-) Despesas Financeiras		
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
= RESULTADO ANTES DAS DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		
(-) Despesa com Contribuição Social (*)		
(-) Despesa com Imposto de Renda da Pessoa Juridica (*)		
= RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		

(*) As entidades que estão enquadradas no Simples Nacional devem evidenciar os tributos na linha "Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções". Neste caso, devem desconsiderar essas contas.

5. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES

Análise das Demonstrações Contábeis é um instrumento utilizado principalmente para conhecer a situação financeira de uma empresa através de informações contidas em suas demonstrações. As principais Demonstrações Contábeis utilizadas para a análise das MPE's são o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

Perez Junior e Begalli (2009, p. 239) definem Análise das Demonstrações Contábeis como "[...] uma forma de transformar dados em informações úteis à tomada de decisão".

As informações obtidas por meio da análise são úteis a diversos usuários, como futuros investidores, sócios, credores, instituições financeiras, clientes, governo, gestores, entre outros. O objetivo da análise varia de acordo com o usuário interessado. Investidores, por exemplo, necessitam saber a situação da empresa para decidirem investir ou não; credores e instituições financeiras têm interesse em obter informações sobre a capacidade da empresa de honrar suas dívidas; acionistas utilizam a análise para saber os níveis de lucratividade; os gestores se baseiam nos dados, entre outras ferramentas, para acompanhar o desempenho da empresa ao logo dos anos (IUDÍCIBUS, 2013).

Silva (2008, p. 6) conceitua Análise das Demonstrações Contábeis como um "[...] exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como das condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa". Silva (2008) ainda destaca que para desenvolver a análise de uma empresa são necessários os seguintes passos: coletar, conferir, preparar, processar, analisar e concluir. Na etapa de coleta, serão obtidas as Demonstrações Contábeis e as demais informações necessárias; na conferência será feita uma pré-análise para verificar se as informações estão completas, compreensíveis e confiáveis; durante a preparação as demonstrações serão reclassificadas adequando-as aos padrões internos da instituição que a analisará; no processamento as informações são processadas e os relatórios no formato interno da instituição são emitidos; na fase de análise as informações disponíveis são analisadas; na conclusão deve-se identificar ordenar, destacar e escrever sobre os pontos mais importantes e recomendações a respeito da empresa.

Segundo Iudícibus (2013), a Análise das Demonstrações Contábeis é mais útil para a identificação de problemas do que soluções, porém, se utilizada corretamente, pode ser convertida em um "painel de controle" para a administração da empresa.

5.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Os índices de liquidez demonstram a capacidade que empresa possui para liquidar em dia as suas obrigações. Gitman (2010, p. 51) dispõe que "a liquidez de uma empresa é medida em termos de sua capacidade de saldar suas obrigações de curto prazo à medida que se tornam devidas".

Para Silva (2008, p. 283), "[...] a liquidez decorre da capacidade de a empresa ser lucrativa, da administração de seu ciclo financeiro e de suas decisões estratégicas de investimento e financiamento".

Perez Junior e Begalli (2009) consideram os índices de liquidez como os principais indicadores por demonstrarem a situação da empresa e a capacidade de pagamento de suas obrigações.

5.1.1 LIQUIDEZ GERAL

O índice de Liquidez Geral indica quanto a empresa possui em dinheiro e tudo que converterá, para liquidar suas dívidas a curto e longo prazo (MARION, 2012a).

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

De acordo com Iudícibus (2013), através deste índice pode-se verificar a saúde financeira da empresa de longo prazo, no que se refere à liquidez.

Este índice demonstra quanto a empresa possui de ativos realizáveis a curto e longo prazo para cada R$1,00 de dívida. Se o quociente for maior que 1, indica que a empresa opera com capital de giro próprio, se menor que 1, o capital de giro é de terceiros (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2009).

Quanto maior o índice, maior folga a empresa terá para honrar suas dívidas. Segundo Assaf Neto (2012) e Silva (2008), através do índice de liquidez geral é possível identificar se empresa conseguiria pagar suas dívidas com suas disponibilidades mais seus realizáveis, caso a empresa pare suas atividades naquela data. Perez Junior e Begalli (2009) ressaltam a importância de conhecer os prazos de vencimento tanto das obrigações quanto dos direitos, pois é possível que mesmo com índice favorável, as obrigações vençam em um prazo menor que os direitos, o que pode trazer dificuldade para a empresa liquidar as dívidas.

5.1.2 LIQUIDEZ CORRENTE

O índice de liquidez corrente é o mais comum. De acordo com Marion (2012a), este índice demonstra a capacidade da empresa de pagar suas dívidas de curto prazo, calculado através da fórmula:

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

Demonstra quanto a empresa possui de direitos realizáveis a curto prazo para cada R$1,00 devido também a curto prazo. Perez Junior e Begalli (2009) entendem que um índice maior que 1 indica que a empresa opera com capital circulante líquido próprio, índice menor que 1 indica que o capital circulante líquido é de terceiros.

Segundo Assaf Neto (2012, p. 177), “quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade da empresa financiar suas necessidades de capital de giro”.

Silva (2008) defende que o índice de liquidez corrente de uma empresa deve ser comparado entre empresas do mesmo porte, mesma atividade e mesma região geográfica, pois ele sozinho não demonstra se a situação da empresa é boa ou não.

Ferreira (2010) complementa que para se obter um índice ideal, é necessária a análise do ciclo operacional da empresa.

5.1.3 LIQUIDEZ SECA

O índice de liquidez seca demonstra se a empresa tem condições de cumprir suas obrigações a curto prazo sem depender de suas vendas futuras.

$$LS = \frac{\text{Ativo circulante - Estoque}}{\text{Passivo circulante}}$$

Mostra o quanto a empresa possui em disponibilidades e duplicatas a receber para cada R$1,00 devido a curto prazo (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2009).

Iudícibus (2013, p. 96) ressalta que "esta é uma variante muito adequada para se avaliar conservadoramente a situação da liquidez da empresa. Eliminando-se os estoques do numerador, estamos eliminando uma fonte de incerteza".

Para Marion (2012a) e Gitman (2010), embora um índice de liquidez seca a partir de 1,0 seja considerado bom, o valor aceitável depende do setor da empresa analisada.

Se a empresa converter o estoque em caixa em pouco tempo, o índice de liquidez corrente é mais indicado. Empresas onde o investimento em estoque é elevado e a maioria das suas vendas é a vista, um índice baixo não significa uma situação financeira ruim.

5.2 ÍNDICES DE ATIVIDADE

Conforme Gitman (2010, p. 53), "os índices de atividade medem a velocidade com que diversas contas se convertem em vendas ou caixa – entradas ou saídas".

Estes são índices importantes, pois apresentam relacionamentos dinâmicos e influenciam a posição de liquidez e rentabilidade (IUDÍCIBUS, 2013). Geralmente esses índices são apresentados em dias.

5.2.1 PRAZO MÉDIO DE ROTAÇÃO DOS ESTOQUES

O prazo médio de rotação dos estoques mostra qual o tempo médio, em dias, que os produtos ficam armazenados no estoque, ou seja, quantos dias a empresa demora a vender seu estoque (MARION, 2012a).

$$\text{PMRE} = \frac{\text{Estoque Médio x 360}}{\text{Custo do produto vendido}}$$

De acordo com Silva (2008), este índice elevado é ruim, porém para uma melhor interpretação, deve ser analisado em conjunto com os prazos médios de recebimento e pagamento.

Iudícibus e Marion (2011) defendem que um prazo médio de renovação baixo é melhor para a empresa, desde que a margem de lucro permaneça constante ou aumente.

Gitman (2010) salienta que este índice deve ser comparado com o de outras do mesmo setor, ou até mesmo com o giro da mesma empresa em exercícios passados, pois o tempo de venda pode variar dependendo do ramo de atividade da empresa.

5.2.2 PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DE VENDAS

O prazo médio de recebimento de vendas indica quanto tempo, em dias, a empresa demora a receber suas vendas a prazo (IUDÍCIBUS, 2013; MARION, 2012a).

$$\text{PMRV} = \frac{\text{Duplicatas a receber x 360}}{\text{Receita bruta}}$$

De acordo com Iudícibus (2013) e Silva (2008), este índice deve ser o menor possível. A empresa deve agir para encurtar ao máximo este prazo e analisar também os demais índices de prazos médios.

Marion (2012a), assim como Perez Junior e Begalli (2009), complementa que quanto maior esse índice, maior a necessidade de capital de giro.

5.2.3 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DAS COMPRAS

Este índice demonstra quanto dias, em média, a empresa leva para pagar seus fornecedores (MARION, 2012a).

$$\text{PMRC} = \frac{\text{Fornecedores x 360}}{\text{Compras}}$$

Para o cálculo deste índice, é necessário primeiro calcular o valor das compras, obtido pela fórmula:

Compras = custo das mercadorias vendidas + estoque final – estoque inicial

De acordo com Paligato (2009), este índice demonstra quanto tempo o capital de giro da empresa é financiado pelos fornecedores

Iudícibus (2013) destaca que este índice deve ser analisado juntamente com o Prazo Médio de Recebimento de Vendas, através da comparação dos dois que se poderá definir se a posição da empresa é favorável ou desfavorável. O ideal é que este índice seja maior que o Prazo Médio de Recebimento de Vendas, pois se a empresa demorar mais para receber do que pagar suas obrigações irá necessitar de um maior capital de giro para sustentar suas atividades.

Porém, conforme defende Assaf Neto (2012), um prazo elevado para pagamento de fornecedores pode não ser bom, pois podem aumentar os custos, devido os juros cobrados.

5.2.4 CICLO FINANCEIRO

De acordo com Perez Junior e Begalli (2009, p. 261), “indica quantos dias a empresa, em média, financia duas atividades com recursos próprios ou de terceiros”.

CF = PMRV + PMRE – PMPC

Perez Junior e Begalli (2009) destacam ainda que o ciclo financeiro maior que o Prazo Médico de Pagamento das Compras demonstra quantos dias a empresa financia seus clientes com recursos próprios, quando menor, quantos dias consegue financiar suas atividades com recursos de terceiros.

Para Silva (2008), o ciclo financeiro é um fator determinante da necessidade de capital de giro da empresa. O ideal é que as vendas sejam recebidas antes de pagar os fornecedores, dessa forma o ciclo financeiro seria negativo. O investimento no giro da empresa interfere a estrutura de capitais, consequentemente os ciclos interferem também na lucratividade e liquidez da empresa.

5.2.5 GIRO DO ATIVO TOTAL

Este índice expressa quantas vezes o ativo foi renovado pelas vendas realizadas no exercício. Para Silva (2008), este é um dos indicadores de atividade mais importantes, pois evidencia a relação entre os investimentos efetuados na empresa e as vendas do período.

$$\text{GAT} = \frac{\text{Receita Líquida}}{\text{Ativo total médio}}$$

Segundo Marion (2012a), através deste índice pode-se também avaliar a eficiência da gerência na administração dos investimentos, ou seja, na administração dos ativos. Quanto mais vendas em reais o ativo realizar, quanto maior for o seu giro, mais eficiente a gerência está sendo.

Iudícibus (2013, p. 103) ressalta que “quanto maior o ‘giro’ do ativo pelas vendas, maiores as chances de cobrir as despesas com uma boa margem de lucro”.

5.3 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Os índices de endividamento mostram a situação que a empresa se encontra em relação as suas dívidas. Segundo Gitman (2010, p. 55), “[...] indica o volume de dinheiro de terceiros usado para gerar lucros”.

5.3.1 NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

O nível de endividamento indica a proporção entre recursos de terceiros e recursos próprios (ASSAF NETO, 2012).

$$\text{NE} = \frac{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo não circulante}}{\text{Patrimônio líquido}}$$

Demonstra o quanto a empresa captou de terceiros para cada R$1,00 de capital próprio (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2009).

Silva (2008) afirma que se o lucro gerado for maior que o custo da dívida, é mais interessante para a empresa utilizar capitais de terceiros, porém um endividamento alto representa um risco maior para os credores. Na avaliação do risco da empresa, quanto maior este índice, pior.

5.3.2 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

A composição do endividamento demonstra quanto da dívida total vencerá a curto prazo (IUDÍCIBUS, 2013).

$$\text{CE} = \frac{\text{Passivo circulante}}{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo não circulante}}$$

Segundo Perez Junior e Begalli (2009), este índice fica entre 0 e 1. Indica o quanto das obrigações vencem a curto prazo para cada R$1,00 de dívidas totais. Quanto maior o indicador, maior a concentração de dívidas a curto prazo.

Pagliato (2009) ressalta que uma empresa em expansão deve procurar financiar grande parte do investimento com dívidas de longo prazo, para que a medida que ela ganhe capacidade operacional com a expansão, tenha condições de começar a amortizar suas dívidas.

Um índice maior que 0,5 significa que a maioria das suas dívidas vencem a curto prazo. Para Marion (2012a), esta é uma situação desfavorável para a empresa e prejudica sua situação financeira, ou seja, sua liquidez corrente.

5.3.3 ENDIVIDAMENTO GERAL

O índice de endividamento geral mostra a relação dos recursos de terceiros e do total de ativos da empresa, ou seja, mede a proporção do ativo total financiada por terceiros (ASSAF NETO, 2012).

$$EG = \frac{\text{Passivo total}}{\text{Ativo Total}}$$

Perez Junior e Begalli (2009) afirmam que esse índice fica entre 0 e 1, e mostra quanto foi originado de terceiros para cada R$1,00 aplicado em ativos, o restante foi proveniente de capital próprio. Quanto mais perto de 1, maior a dependência de capitais de terceiros pela empresa. Gitman (2010, p. 57) confirma: "quanto mais elevado esse índice, maior o grau de endividamento da empresa e maior sua alavancagem financeira".

Pagliato (2009) ressalta que para avaliar se o índice é bom ou ruim deve-se analisar o momento econômico e financeiro. Em determinados períodos o capital de terceiros pode ser mais viável que o capital próprio, em outros momentos o contrário.

5.4 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Conforme explica Ferreira (2010, p. 13), "os índices de rentabilidade são empregados na avaliação da lucratividade relativa às atividades da empresa. Dizem respeito ao retorno, na forma de lucro, dos recursos aplicados".

5.4.1 MARGEM LÍQUIDA

Indica a capacidade da empresa em gerar lucro comparativamente à receita líquida de vendas. Representa o que "sobra" da atividade da empresa no final do período (SILVA, 2008).

$$ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}} \text{ x } 100$$

De acordo com Perez Junior e Begalli (2009), esse índice é mais utilizado pelos sócios da empresa. Gitman (2010) destaca que esta margem é frequentemente utilizada como medida do sucesso de uma empresa. A margem de lucro líquido considerada boa varia de um setor para o outro.

5.4.2 RETORNO SOBRE O ATIVO TOTAL (ROA)

O índice de retorno sobre o ativo mede a lucratividade que a empresa propicia em relação aos investimos totais, representado pelo ativo total médio.

$$\text{ML} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}} \text{ x } 100$$

Segundo Gitman (2010, p. 60), este índice "[...] mede a eficácia geral da administração na geração de lucros a partir dos ativos disponíveis. Quanto mais elevado o retorno sobre o ativo total de uma empresa, melhor".

$$\text{ROA} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio}} \text{ x } 100$$

Demonstra quanto a empresa ganha para cada R$1,00 investido. É a taxa de retorno sob o ponto de vista da empresa (MARION, 2012a).

De acordo com Iudícibus (2013), este índice também pode ser calculado pela fórmula:

ROA = margem líquida x giro do ativo total

Silva (2008) ressalta que para um aprimoramento do índice, deve ser excluído do ativo total os ativos não operacionais, e do lucro líquido deve-se excluir o efeito das despesas e receitas não operacionais.

5.4.3 RETORNO SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (ROE)

De acordo com Silva (2008), este índice indica em porcentagem o retorno que os acionistas ou proprietários estão obtendo em relação a seus investimentos na empresa. O lucro é o retorno do investidor pelo risco de seu negócio.

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \text{ x } 100$$

Segundo Marion (2012a), este índice demonstra quanto os proprietários têm de retorno para cada R$1,00 investido.

Para Iudícibus (2013, p. 111), este índice é importante, por "[...] expressar os resultados globais auferidos pela gerência na gestão de recursos próprios e de terceiros, em benefícios dos acionistas".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi apresentar a importância das análises das demonstrações contábeis para as microempresas com o intuito de expor as obrigatoriedades fiscais e informações para dar auxílio aos gestores da empresa.

O trabalho apontou a classificação das micro e pequenas empresas de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006. Realçou a importância e a participação das pequenas empresas no Brasil, identificado pelo grande número de pequenos negócios em atividades pelos dados do SEBRAE, onde estas contribuem de forma significativa para a produção de empregos e riquezas, o que evidencia sua vital importância no PIB nacional.

Foi relatado resumidamente a Legislação do SIMPLES que simplifica a apuração dos impostos, onde os mesmos são arrecadados numa única guia de recolhimento tendo como base da apuração do tributo e contribuições o faturamento, do qual incide uma alíquota progressiva de acordo com a faixa de faturamento.

Foi citada a escrituração contábil simplificada aplicada às micros e pequenas empresas e mencionada as demonstrações contábeis obrigatórias que são de grande utilidade na tomada de decisão, gerenciamento e planejamento dessas empresas. Foram citadas das seguintes demonstrações: o Balanço Patrimonial que proporcionará uma visão da empresa em seus diferentes aspectos. A Demonstração de Resultados, através desta o gestor poderá acompanhar a geração de resultados na empresa. A Elaboração de Índices Financeiros e Econômicos através das do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado, que possibilitará tirar informações sobre as mais diversas situações da empresa como, por exemplo: rentabilidade e endividamento.

Portanto, a Micro e Pequena Empresa que, opcionalmente, adotar a Escrituração Contábil Simplificada estão obrigadas à elaboração do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, sendo lhes facultadas à elaboração das demais demonstrações previstas na legislação societária.

A análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta extremamente importante para qualquer tipo de empresa, e diante desse cenário tão competitivo que se encontram, torna-se essencial que os administradores das empresas dominam as técnicas financeiras e econômicas, como também é primordial que os mesmos saibam coletar informações a fim de solucionar impasses no transcorrer das tarefas da administração.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (BRASIL). Contabilidade para pequenas e médias empresas: normas brasileiras de contabilidade NBC T 19.41. Brasília, DF: CFC, 2010. 223 p.

FINANÇAS e mercado de capitais no Brasil. Rio de Janeiro: Forum, 1970. 263 p.

FERREIRA, Ricardo José. Análise das demonstrações contábeis: teoria e questões comentadas conforme a Lei nº 11.941 (antiga MP nº 449/08). 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2010.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, Contabilidade gerencial. – 6. ed. - São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, José Carlos, Contabilidade Empresarial. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos, Contabilidade Empresarial. – 10. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. xiii, 291 p. I

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antonio. Elaboração e análise das demonstrações contábeis. 4.ed. São Paulo: Atlas, 200.

PAGLIATO, Wagner. Demonstrações contábeis: análise da gestão financeira e gerencial. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2009.

ROCHA, Marcelo. Microempresas no Brasil: análise do período de 1984 a 2005 Vol. 14 No. 2, Mai - Jun de 2008. Disponível em: <http://www.read.ea.ufrgs.br> Acesso em: 19 de maio de 2018.

SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. NBC TG 1000 (R1). Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000(R1).pdf>. Acesso em: 22 Mar/ 2018.

_____. IBRACOM NPC 27 (R1). Disponível em: http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=137. Acesso em 23 Mar 2018

_____. Entenda as diferenças entre microempresa, pequena empresa e MEI. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 22Mar. 2018.

_____. Ministério da Fazenda. Receita Federal. O que é Simples Nacional? Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>. Acesso em: 31 Mai. 2018

_____. Lei Complementar 123/2006 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 16 Mai. 2018

_____. Lei Complementar 155/2016 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/lcp155.htm>. Acesso em: 16 Mai. 2018

_____. Serviço de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE). Boletim estatístico de micro e pequenas empresas. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/7836.pdf Acesso em: 16 de mai 2018.